

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.228.912 - SP (2018/0000992-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : CICERO DO CARMO
ADVOGADOS : HÉLIO RODRIGUES DE SOUZA - SP092528
ANDRÉ GAMBERA DE SOUZA E OUTRO(S) - SP254494
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CICERO DO CARMO contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que não admitiu recurso especial fundado nas alíneas “a” e “c” do permissivo constitucional em desafio a acórdão assim ementado (e-STJ fl. 220):

PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO. ATIVIDADE URBANA. COMPROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS. RUÍDO. USO DE EPI. NÃO IMPLEMENTAÇÃO DOS REQUISITOS.

1. São requisitos para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, de acordo com os arts. 52 e 142 da Lei 8.213/91, a carência e o recolhimento de contribuições, ressaltando-se que o tempo de serviço prestado anteriormente à Emenda Constitucional 20/98 equivale a tempo de contribuição, a teor do seu art. 4º.
2. Deve ser observada a legislação vigente à época da prestação do trabalho para o reconhecimento da natureza da atividade exercida pelo segurado e os meios de sua demonstração.
3. A especialidade do tempo de trabalho é reconhecida por mero enquadramento legal da atividade profissional (até 28/04/95), por meio da confecção de informativos ou formulários (no período de 29/04/95 a 10/12/97) e via laudo técnico ou perfil profissiográfico previdenciário (a partir de 11/12/97).
4. Para o agente ruído, considera-se especial a atividade desenvolvida acima do limite de 80dB até 05/03/1997, quando foi editado o Decreto nº 2.172/97, a partir de então deve-se considerar especial a atividade desenvolvida acima de 90dB. A partir da edição do Decreto nº 4882 em 18/11/2003, o limite passou a ser de 85dB.
5. O uso de Equipamento de Proteção Individual - EPI para o agente nocivo ruído, desde que em níveis acima dos limites legais, não descaracteriza o tempo de serviço especial.
6. Ausentes os requisitos, é indevido o benefício de aposentadoria por tempo de serviço, nos termos do art. 201, §7º, I, da Constituição da República.
7. Apelação do Autor não provida.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 231/235).

No especial obstaculizado, o recorrente alegou violação do art. 70, parágrafo único, do Decreto n. 3.048/99, sustentando que ficou comprovado que o segurado exerceu o labor exposto a ruído acima de 80 decibéis, devendo ser reconhecida sua especialidade.

Transcorrido *in albis* o prazo para contrarrazões, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de

que o julgado foi baseado em matéria fática, cuja alteração esbarra na Súmula 7 do STJ.

Na presente irresignação, o agravante sustenta que a solução não requer o reexame de matéria fática, mas apenas a aplicação da norma de regência.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC de 2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Feito esse esclarecimento, verifico que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade do agravo. Entretanto, o recurso especial não merece ser conhecido.

Inicialmente, é imperioso ressaltar que não se mostra cabível a interposição de recurso especial por violação de Decreto regulamentar, visto que este não se enquadra no conceito de tratado ou lei federal de que trata o art. 105, III, a, da CF/88.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO AO ART. 5º, LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INVIABILIDADE. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO STF. VIOLAÇÃO A DECRETO. IMPOSSIBILIDADE. ATO NORMATIVO QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE TRATADO OU LEI FEDERAL. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. REFORMA DESSA CONCLUSÃO. SÚMULA 7/STJ. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. REQUISITOS. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7 DO STJ. 1. A análise de violação à matéria constitucional, nos termos do art. 102, III, da Constituição da República, refoge à jurisdição do STJ, sendo de competência exclusiva do STF. 2. O STJ possui entendimento de que o comando legal inserido em decreto não se enquadra no conceito de lei federal, o que inviabiliza a discussão quanto à sua inteligência em Recurso Especial. (grifo **nosso**) 3. O STJ tem entendimento firmado no sentido de que não há cerceamento de defesa quando o julgador considera desnecessária a produção de prova (arts. 130, 332 e 420 do CPC), mediante a existência nos autos de elementos suficientes para a formação de seu convencimento. Assim, aferir eventual necessidade de produção de prova demanda revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em Recurso Especial, ante o óbice do enunciado 7 da Súmula do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial". 4. No mérito, o Tribunal de origem entendeu que a parte autora não preencheu os requisitos que autorizam a concessão do benefício. Dessa forma, alterar o entendimento exarado pelo Tribunal a quo demanda reexame de matéria fática, o que, na via do Recurso Especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ. 5. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.656.911/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 11/05/2017).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA. TRANSPORTE DE MEDICAMENTOS. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA.

APRECIÇÃO DE OFENSA A DECRETO E PORTARIA, NA VIA ESPECIAL. ATOS NORMATIVOS QUE NÃO SE ENQUADRAM NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. DESCABIMENTO. PRECEDENTES DA CORTE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. Não há omissão no acórdão recorrido, quando o Tribunal de origem pronuncia-se, de forma clara e precisa, sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. II. **Mostra-se inviável o conhecimento do Recurso Especial, quanto à alegada violação a Decreto e Portaria, uma vez que a apreciação de sua contrariedade exigiria o exame de ato normativo que não se enquadra no conceito de lei federal, traçado pelo art. 105, III, da Constituição Federal. Precedentes do STJ.**(grifo nosso) III. O Tribunal a quo, soberano na análise do material cognitivo produzido nos autos, concluiu que o mero transporte de medicamentos não pode ser interpretado como atividade ou função específica do ramo farmacêutico. Nesse contexto, a inversão do julgado exigiria, inequivocamente, incursão na seara fático-probatória dos autos, inviável, na via eleita, a teor do enunciado sumular 7/STJ. Precedentes do STJ (REsp 1.438.549/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/06/2014; AgRg no AREsp 496.661/MA, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 13/05/2014). IV. Agravo Regimental improvido. (AgRg no REsp 1488952/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 25/09/2015).

Ademais, ainda que fosse superado esse óbice, o recurso não mereceria ser conhecido. Isso porque, quanto à comprovação da especialidade do labor exercido, assim se pronunciou o Tribunal de origem (e-STJ fl. 217):

De início, verifica-se que os interregnos ainda controversos correspondem às atividades especiais nos períodos de 13/02/1980 a 05/04/2005.

Não é possível o reconhecimento da insalubridade no período destacado, vez que não preenchido corretamente o Perfil Profissiográfico Previdenciário.

Com efeito, não consta do documento de fls. 31/32 o intervalo ao qual o Autor esteve submetido a níveis de pressão sonora de 89 dB. Não se trata de mera irregularidade, mas sim de informação crucial ao deslinde do caso.

Nessa mesma linha, já tinha se pronunciado o magistrado de primeiro grau, que consignou que (e-STJ fl. 168):

em relação à descrita empregadora, tão somente fora trazido pelo autor, o "Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP" elaborado em 03/2005 (fls.31/32) sendo que, as insuficientes e/ou divergentes informações documentadas, não permitem seja o dito lapso temporal computado como se exercido em atividades especiais. É certo que, tal fator temporal (na feitura de tal documento), por si só, não implicaria na desconsideração de dita prova documental, todavia, no caso, não há laudo pericial, documento este que sempre fora imprescindível a tanto, nem a menção no 'PPP', acerca da manutenção das mesmas condições ambientais até porque, sem especificação das datas da realização das medições. Ainda, está consignado que, para o exercício das funções de '1/2 oficial torneiro retifica "A" - função esta, alias, diversa daquela registrada na CTPS (fl.62) - o autor estaria sujeito ao agente nocivo "ruído", a 89dB (itens '15.3' e '15.4'), contudo, com ausência de registro pertinente à habitualidade e permanência.

Dessa forma, verifica-se que a questão foi decidida à luz do

suporte fático-probatório constante nos autos, cuja revisão é inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice estampado na Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

